

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Maio/2022

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

II Concurso Público para Ingresso na Classe Inicial da Carreira de Defensor(a) Público(a)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA ETAPA PROVA PRELIMINAR OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direito Civil e Consumidor**

1. Felipe e Paulo vivem em união estável desde 2010 e não firmaram pacto de convivência. Em 2012, Paulo adquiriu um veículo para facilitar sua locomoção ao trabalho. No ano de 2018, Felipe recebeu R\$ 200.000,00 de sua genitora a título de doação. Considerando que os dois são civilmente capazes e têm menos de 70 anos, na situação hipotética de dissolução da união estável e partilha de bens,
- (A) Paulo terá direito à meação do valor recebido a título de doação sem a necessidade de prova de esforço comum. Em contrapartida, Felipe não fará jus à partilha do veículo, o qual foi adquirido para facilitar a locomoção de Paulo ao trabalho e, portanto, excluído da comunhão no regime de bens aplicável à relação.
 - (B) Paulo não fará jus à partilha do valor recebido a título de doação, por se tratar de bem excluído da comunhão no regime de bens aplicável à relação. Por sua vez, Felipe também não fará jus à partilha do veículo, o qual foi adquirido para facilitar a locomoção de Paulo ao trabalho e, portanto, excluído da comunhão no regime de bens aplicável à relação.
 - (C) em ambos os casos, será necessária prova de esforço comum para a partilha de bens, por se tratar de sociedade de fato.
 - (D) Felipe terá direito à meação do veículo adquirido sem a necessidade de prova de esforço comum. E Paulo fará jus à partilha do valor recebido a título de doação, por se tratar de numerário sujeito à comunhão no regime de bens aplicável à relação.
 - (E) Felipe terá direito à meação do veículo adquirido sem a necessidade de prova de esforço comum. Por outro lado, Paulo não fará jus à partilha do valor recebido a título de doação, por se tratar de bem excluído da comunhão no regime de bens aplicável à relação.
-
2. Deise sofreu grave acidente de carro e, em razão disso, precisou de uma cirurgia de urgência em hospital próximo ao local do sinistro. Por exigência do estabelecimento hospitalar, sua genitora Cláudia emitiu um cheque de setenta mil reais em favor daquele. Dias após a conclusão do procedimento, ela constatou que a quantia comumente cobrada para tal cirurgia era de cinco mil reais. Com isso, Cláudia procurou a Defensoria Pública da Paraíba, a fim de evitar a cobrança do referido título de crédito. Diante desta situação, é possível ingressar com ação judicial, para requerer a
- (A) anulação do negócio jurídico no prazo de 5 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.
 - (B) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 3 anos, a contar do dia em que se constatou a excessividade do valor cobrado pela cirurgia, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.
 - (C) anulação do negócio jurídico no prazo de 4 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em estado de perigo.
 - (D) declaração de nulidade do negócio jurídico no prazo de 10 anos, a contar do dia em que este se realizou, com a alegação de vício do consentimento consistente em lesão.
 - (E) declaração de nulidade do negócio jurídico, a qualquer tempo, em virtude da incapacidade civil de Deise no momento da cirurgia.
-
3. No ano de 2022, Bruno descobriu que seu nome fora incluído em cadastros de restrição ao crédito por uma dívida de 2018. Após informações obtidas extrajudicialmente, verificou-se que o aludido débito se referia a um empréstimo bancário contratado de forma fraudulenta por terceiros, que utilizaram documentos com falsificação grosseira em nome de Bruno. No presente caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor e do posicionamento predominante do Superior Tribunal de Justiça, a
- (A) instituição financeira tem responsabilidade objetiva pelos danos causados, por se tratar de fortuito interno em fraude bancária praticada por terceiros.
 - (B) instituição financeira está isenta de responsabilidade, por se tratar de fortuito externo ocorrido por culpa exclusiva de terceiro.
 - (C) responsabilidade da instituição financeira pelos danos causados é subjetiva, sendo necessária a demonstração de dolo ou culpa da empresa.
 - (D) pretensão de reparação civil dos danos está prescrita, porquanto já decorridos 3 anos da realização do empréstimo fraudulento.
 - (E) reparação civil por danos morais exige a demonstração efetiva dos prejuízos sofridos por Bruno.
-
4. Márcia e André são devedores solidários de Joana, da quantia de 20 mil reais. No vencimento da obrigação, Márcia pagou a Joana 10 mil reais, restando um saldo remanescente de igual valor para quitação do débito. Considerando essa situação,
- (A) Márcia estará desobrigada de adimplir o saldo remanescente, já que pagou metade da dívida.
 - (B) Márcia continuará obrigada solidariamente ao pagamento do saldo remanescente.
 - (C) Joana poderá cobrar juros de mora apenas em face de André, estando Márcia desonerada desta obrigação.
 - (D) o ajuizamento de ação por Joana somente em face de André importará em renúncia da solidariedade de Márcia.
 - (E) Joana poderá ajuizar ação para cobrar a quantia de 20 mil reais, já que não houve o adimplemento total da dívida.



5. João, idoso, mora em casa própria em companhia de seu filho, Arthur, maior e capaz. Contudo, Arthur pratica constantemente violência verbal contra o pai, já furtou dinheiro guardado na residência e, recentemente, praticou violência física contra este. João, que está no gozo de sua capacidade civil plena, procurou a Defensoria Pública da Paraíba buscando orientação jurídica e providências a respeito da situação. O/a defensor/a público/a responsável pelo atendimento poderá
- (A) requerer medida protetiva em favor do idoso, inclusive o afastamento do filho agressor do lar, apesar da inexistência de previsão legal no Estatuto do Idoso, sem prejuízo de outras medidas cíveis e criminais cabíveis.
 - (B) encaminhar o caso para o Ministério Público, o único legitimado a ajuizar as medidas de proteção em favor do idoso.
 - (C) requerer medidas protetivas em favor do idoso, que são típicas e taxativas com previsão no Estatuto do Idoso, as quais não contemplam o afastamento do agressor do lar.
 - (D) requerer medida protetiva para encaminhamento do idoso à entidade de acolhimento, tendo em vista a ausência de previsão legal de afastamento do agressor do lar no Estatuto do Idoso.
 - (E) ajuizar ação de reparação de danos materiais e morais em face do filho agressor, uma vez que, em razão do princípio da solidariedade familiar e da ausência de previsão legal, não poderá postular medida protetiva de afastamento do agressor do lar.
-
6. Sandro e Livia são divorciados e exercem a guarda compartilhada da filha Sofia. Diante da notícia da campanha de imunização contra a Covid-19 para crianças, Sandro manifestou desejo de não vacinar Sofia. Livia, por outro lado, sustentou que a vacinação atende aos interesses da criança. Considerando a situação, divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar,
- (A) deverá ser modificada a guarda para outro familiar.
 - (B) é assegurado a qualquer deles recorrer ao Poder Judiciário para solução do desacordo.
 - (C) devem resolver a questão consensualmente, sem a possibilidade de intervenção judicial.
 - (D) deve prevalecer a decisão do/a genitor/a que detém a base de moradia da filha.
 - (E) há necessidade de modificação da guarda para a modalidade unilateral.
-
7. De acordo com o regramento dos direitos de vizinhança disciplinados pelo Código Civil, considere:
- I. Os ramos de árvore que ultrapassarem os limites de um prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido, sendo desnecessária a autorização do dono do local em que a árvore estiver plantada.
 - II. O proprietário poderá levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, sendo permitido, em zonas urbanas, abrir janelas, terraços ou varandas a menos de metro e meio do terreno vizinho, independentemente de anuência do proprietário adjacente para o qual a construção se volta.
 - III. O ocupante de imóvel, mediante prévio aviso, é obrigado a tolerar que o vizinho entre no prédio para apoderar-se de coisas suas que ali se encontrem causalmente.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
8. Sobre os efeitos da posse disciplinados pelo Código Civil,
- (A) o possuidor de má-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa se forem acidentais, porquanto não contribuiu com culpa ou dolo para tais eventos.
 - (B) o possuidor de má-fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis, mas só poderá exercer o direito de retenção sobre as benfeitorias necessárias.
 - (C) o possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção das benfeitorias necessárias e úteis.
 - (D) as benfeitorias necessárias não podem ser compensadas com os danos causados no imóvel.
 - (E) o reivindicante, compelido a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu preço atual e o seu custo.
-
9. Sobre o tratamento do superendividamento incluído recentemente no Código de Defesa do Consumidor,
- (A) o fornecedor poderá realizar oferta de crédito indicando que a operação não demandará a consulta aos serviços de proteção de crédito.
 - (B) é vedada qualquer oferta de créditos a consumidores idosos, analfabetos, doentes ou em estado de vulnerabilidade.
 - (C) abrange também o superendividamento de pessoas jurídicas.
 - (D) não se aplica à contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
 - (E) aplica-se a quaisquer compromissos financeiros decorrentes da relação de consumo, com exceção das operações em cartão de crédito.



10. Luiza, maior e capaz, é travesti e gostaria de alterar seu nome e sexo no registro civil de nascimento. De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4275, a alteração é possível sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização
- (A) judicialmente, apenas, mediante a realização de perícia psicossocial.
 - (B) extrajudicialmente, mediante a realização de terapia hormonal.
 - (C) extrajudicialmente, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
 - (D) judicialmente, apenas, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
 - (E) extrajudicialmente, mediante a realização de perícia psicossocial.
-
11. Em relação aos efeitos da curatela,
- (A) a autoridade do curador não se estende aos filhos menores de 18 anos do curatelado, aos quais devem ser nomeados outros tutores.
 - (B) a responsabilidade civil do curador pelos danos praticados pelo curatelado depende da prova de dolo ou culpa daquele.
 - (C) a definição da curatela alcança o direito ao matrimônio, à saúde e ao trabalho da pessoa curatelada.
 - (D) não corre a prescrição entre curatelado e curador, durante o exercício da curatela.
 - (E) o curador não pode se casar com o curatelado, ainda que cessada a curatela e saldadas as contas.
-
12. José, pai de Antônio, compareceu na Defensoria Pública de João Pessoa relatando que seu filho completou 18 anos, motivo pelo qual não pretendia mais pagar alimentos. Nesse caso, o cancelamento da pensão alimentícia
- (A) é automático, desde que o filho não esteja estudando em curso de nível superior.
 - (B) está condicionado à decisão judicial, mediante contraditório, pois vigora presunção absoluta de necessidade do filho menor de 24 anos.
 - (C) é automático, em razão da extinção do poder familiar.
 - (D) está condicionado à decisão judicial, mediante contraditório, não subsistindo a avaliação da necessidade com fundamento nas relações de parentesco.
 - (E) está condicionado à decisão judicial, mediante contraditório, tendo em vista que a obrigação alimentar não se extingue de forma automática.
-

Direito Processual Civil

13. De acordo com as regras em vigor no Código de Processo Civil, a citação
- (A) é requisito indispensável para a validade do processo, de modo que o comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação.
 - (B) eletrônica é possível por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, mediante confirmação de recebimento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.
 - (C) válida, mesmo que determinada por juízo incompetente, tem o efeito de interromper o prazo prescricional, retroagindo os seus efeitos à data da propositura da ação.
 - (D) não tem um prazo legal determinado para a sua realização, mas deve ser efetivada com brevidade, em cumprimento ao princípio constitucional da duração razoável do processo.
 - (E) de pessoa jurídica por correio será válida mediante a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.
-
14. Em uma ação em que se discute a fixação de guarda, alimentos e visitas em relação a uma criança, a parte autora consignou expressamente na petição inicial que não tinha interesse na realização da audiência de mediação. De acordo com o Código de Processo Civil, ao receber a inicial, o juiz ordenará a citação do réu para
- (A) apresentar resposta, dispensando-se a audiência de mediação, uma vez que os direitos discutidos na ação são indisponíveis e, portanto, mostra-se inviável a solução consensual da demanda.
 - (B) comparecer à audiência de mediação, uma vez que o procedimento aplicável às ações de família prevê como regra a obrigatoriedade desta audiência.
 - (C) apresentar resposta, dispensando-se a audiência de mediação, uma vez que, por se tratar de direito de incapaz, é obrigatória a intervenção do Ministério Público e, portanto, torna-se inviável a solução consensual da demanda.
 - (D) comparecer à audiência de mediação, uma vez que esta somente poderia ser dispensada diante da expressa manifestação de ambas as partes, de modo que não basta a manifestação da parte autora.
 - (E) apresentar resposta, dispensando-se a audiência de mediação, uma vez que a lei prevê que a manifestação do desinteresse do autor é suficiente para a dispensa de referida audiência de tentativa de autocomposição.
-



15. De acordo com a Lei Maria da Penha, a ação de divórcio ou dissolução de união estável de mulher vítima de violência doméstica e familiar
- (A) deverá ser ajuizada perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, uma vez que não pode haver opção da ofendida por se tratar de competência em razão da pessoa.
 - (B) poderá ser ajuizada perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, excluindo-se a pretensão relacionada à partilha de bens.
 - (C) poderá ser ajuizada perante a Vara de Família, somente nos casos em que não houver Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher instalado na Comarca de residência da mulher.
 - (D) poderá ser ajuizada perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, inclusive em relação à pretensão relacionada à partilha de bens.
 - (E) deverá ser ajuizada perante a Vara de Família, uma vez que o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher está restrito às medidas protetivas de urgência.
-
16. Considerando a produção de provas em ações de investigação de paternidade, o juiz determinará a realização de exame de DNA nos parentes consanguíneos do suposto pai
- (A) se falecido ou na ausência de notícias de seu paradeiro, não importando a recusa em presunção relativa de paternidade.
 - (B) se falecido ou na ausência de notícias de seu paradeiro, importando a recusa em presunção relativa de paternidade somente se intimados parentes em linha reta, a ser avaliada em conjunto com o contexto probatório.
 - (C) somente se falecido, importando a recusa em presunção relativa de paternidade, a ser avaliada em conjunto com o contexto probatório.
 - (D) se falecido ou na ausência de notícias de seu paradeiro, importando a recusa em presunção relativa de paternidade, a ser avaliada em conjunto com o contexto probatório.
 - (E) somente se falecido, não importando a recusa a se submeter ao exame em presunção relativa de paternidade.
-
17. Nivaldo ajuizou uma ação pauliana com a finalidade de anular uma venda fraudulenta feita por um devedor insolvente. Na petição inicial, o autor indicou como réus o vendedor (seu devedor, em estado de insolvência) e o comprador. Verifica-se, assim, um litisconsórcio inicial passivo
- (A) unitário e necessário.
 - (B) alternativo.
 - (C) simples e facultativo.
 - (D) unitário e facultativo.
 - (E) simples e necessário.
-
18. No primeiro contato com a petição inicial, o juiz percebe, desde logo, que a única pretensão deduzida pelo autor foi fulminada pelo transcurso do prazo prescricional. Nesta situação, o magistrado deverá
- (A) determinar a citação do réu, pois não lhe é dado conhecer de ofício da prescrição.
 - (B) julgar antecipadamente parte do mérito.
 - (C) determinar a emenda da petição inicial.
 - (D) indeferir a petição inicial.
 - (E) julgar liminarmente improcedente o pedido.
-
19. No Direito Processual Civil brasileiro em vigor, a prova emprestada
- (A) é admitida, desde que lhe seja atribuído o mesmo valor probatório do processo originário.
 - (B) somente pode ser admitida pelo juiz em relação a provas produzidas anteriormente em outros feitos em que figurem partes idênticas àquelas envolvidas na demanda na qual se pretende emprestar a prova.
 - (C) permite utilizar da prova produzida em outro feito, em observância da economia processual e da eficiência na prestação jurisdicional, desde que observado o contraditório.
 - (D) é vedada, uma vez que a utilização de prova produzida em outro feito ofende o princípio da imediatidade e a garantia constitucional do juiz natural.
 - (E) é permitida apenas em situações de impossibilidade de repetição da prova produzida anteriormente em outro feito.
-
20. De acordo com as previsões do Código de Processo Civil de 2015 a respeito da reclamação, tal meio de impugnação
- (A) pode ser proposto perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.
 - (B) pode ser proposto contra uma decisão que seja objeto de recurso, mas o julgamento do recurso interposto contra a decisão reclamada prejudica a reclamação.
 - (C) admite ampla possibilidade de produção probatória, desde que observados os meios de prova admitidos em direito.
 - (D) não tem natureza recursal, de modo que pode ser proposto mesmo após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
 - (E) pode ser proposto para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, independentemente do esgotamento das instâncias ordinárias.



21. Em cumprimento de sentença, a apresentação de impugnação sob o fundamento de a obrigação ter se tornado inexigível em razão do título executivo judicial estar fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível
- (A) se a decisão do Supremo Tribunal Federal for posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, desde que ultrapassado o prazo para ajuizamento de ação rescisória.
 - (B) somente se a decisão do Supremo Tribunal Federal for anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
 - (C) independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal ter sido anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
 - (D) somente para as decisões tomadas em controle concentrado de constitucionalidade.
 - (E) se a decisão do Supremo Tribunal Federal for posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, independentemente de ajuizamento de ação rescisória.
-
22. A tutela de evidência será concedida quando
- (A) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
 - (B) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
 - (C) houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
 - (E) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.
-
23. Lucas moveu ação de divórcio cumulada com pedido de guarda, partilha de bens e oferta de alimentos em face de Luana. Ao final, foi prolatada sentença de parcial procedência. Insatisfeito com o resultado, Lucas pretende apresentar recurso em face da sentença em relação aos capítulos relativos à partilha de bens e aos alimentos. Em relação aos efeitos suspensivo e devolutivo da apelação,
- (A) é devolvido ao Tribunal o conhecimento de todas as pretensões do processo, ainda que não impugnadas especificamente, por força do efeito devolutivo.
 - (B) o efeito suspensivo da apelação em relação ao capítulo da partilha de bens somente será concedido se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.
 - (C) a apelação possui efeito apenas devolutivo quanto ao capítulo dos alimentos, permitindo-se o cumprimento provisório, enquanto em relação ao capítulo da partilha de bens, em regra, é dotada de efeito suspensivo.
 - (D) a apelação em relação a ambos os capítulos está sujeita aos efeitos devolutivo e suspensivo, pois constituem a regra do Código de Processo Civil.
 - (E) a apelação é dotada de efeito suspensivo quanto ao capítulo da partilha de bens, enquanto em relação ao capítulo dos alimentos não pode, em nenhuma hipótese, ter atribuído efeito suspensivo em razão de seu caráter alimentar.
-
24. De acordo com a Lei nº 9.099/95, o Juizado Especial Cível tem competência para processar e julgar ação de
- (A) alvará para levantamento de valores deixados em conta bancária de pessoa falecida, desde que não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
 - (B) interdito proibitório e manutenção da posse de bens imóveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, com exceção da ação de reintegração de posse.
 - (C) reparação de danos cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, independentemente da complexidade da causa.
 - (D) despejo por falta de pagamento cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
 - (E) despejo para uso próprio.

Tutela Coletiva

25. A Defensoria Pública do Estado da Paraíba é informada a respeito de uma violação sistemática a direito de consumidores por parte de um fornecedor com atuação em todo o Estado paraibano. Diante de tal situação e levando em consideração o papel institucional da Defensoria na tutela dos direitos transindividuais, o/a defensor/a responsável
- (A) deverá ajuizar ação civil pública, pois este é o único meio cabível para assegurar o acesso à justiça quanto a direitos coletivos que envolvem uma multiplicidade de interessados espalhados em todo o território estadual.
 - (B) deverá encaminhar os reclamantes e as informações ao Ministério Público, único legitimado para a atuação e a solução de demanda de tal natureza.
 - (C) deverá buscar prioritariamente a solução extrajudicial do problema, pelos meios adequados para a resolução do litígio, como a expedição de recomendações e compromissos de ajustamento de condutas.
 - (D) precisará ajuizar ações individuais para a tutela dos interesses do consumidor, pois a defensoria pública não teria legitimidade para a atuação em favor de todos os interessados, dentre os quais pode haver pessoas que não estão em situação de hipossuficiência econômica.
 - (E) precisará ajuizar ações individuais para a tutela dos interesses do consumidor, pois a tutela coletiva não atenderia os interesses dos consumidores.



26. Considere que uma determinada região de grande extensão territorial no alto sertão da Paraíba abranja diversos municípios e não conte com nenhum serviço de tratamento oncológico, de modo que os pacientes precisam se deslocar para outras regiões ou para a capital do estado, para receber o tratamento adequado. De acordo com a legislação vigente
- (A) compete exclusivamente à União o dever de instalar serviços especializados em oncologia em tais hipóteses.
 - (B) os estados têm o dever de apresentar planos regionais de instalação de serviços especializados em oncologia.
 - (C) inexistente responsabilidade do estado na hipótese, uma vez que este cumpriu com a criação de serviços especializados na capital do estado.
 - (D) os estados têm o dever de instalar serviços especializados em oncologia em todas as comarcas em que se encontrem pacientes em tratamento oncológico.
 - (E) é de competência exclusiva dos municípios a criação de serviços especializados em oncologia.
-
27. Situação frequente na qual alguns indivíduos em meios de comunicação veiculam discurso que incita ao desprezo a práticas fundadas em religiões de matriz africana é definida como
- (A) racismo estrutural, que pode gerar danos morais coletivos e individuais, sendo que a responsabilidade pode atingir os indivíduos que praticaram os atos discriminatórios e também os Entes Públicos que não coibirem tal conduta.
 - (B) racismo estrutural, que pode gerar danos morais coletivos, não se cogitando de danos individuais em razão da natureza transindividual do bem jurídico tutelado, sendo que a responsabilidade pode atingir os indivíduos que praticaram os atos discriminatórios, mas o Estado não pode ser responsabilizado por se tratar de conduta exclusiva de terceiros.
 - (C) racismo individual, que pode gerar danos morais individuais àqueles ofendidos, não se cogitando de danos morais coletivos em razão da natureza individual do bem jurídico tutelado, sendo que a responsabilidade pode atingir os indivíduos que praticaram os atos discriminatórios, bem como os Entes Públicos que não coibirem tal conduta.
 - (D) racismo estrutural, que pode gerar danos morais coletivos, não se cogitando de danos individuais em razão da natureza transindividual do bem jurídico tutelado, sendo que a responsabilidade pode atingir os indivíduos que praticaram os atos discriminatórios e também os Entes Públicos que não coibirem tal conduta.
 - (E) de exercício regular da liberdade de manifestação do pensamento, de modo que não há qualquer responsabilidade advinda do exercício regular de um direito constitucionalmente assegurado, mesmo porque não há confundir-se discurso que incita ao desprezo com o discurso de ódio.
-
28. De acordo com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal à Lei nº 7.347/1985 (LACP), uma sentença proferida em sede de ação civil pública tem eficácia
- (A) *inter partes*, mas não se limita à competência territorial do órgão prolator; no caso de improcedência por insuficiência de provas, não haverá formação de coisa julgada, de modo que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, independentemente de prova nova.
 - (B) *inter partes* e somente nos limites da competência territorial do órgão prolator; no caso de improcedência por insuficiência de provas, não haverá formação de coisa julgada, de modo que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, independentemente de prova nova.
 - (C) *erga omnes* e não se limita à competência territorial do órgão prolator; no caso de improcedência por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de prova nova.
 - (D) *erga omnes* somente nos limites da competência territorial do órgão prolator; no caso de improcedência por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de prova nova.
 - (E) *erga omnes* somente nos limites da competência territorial do órgão prolator; no caso de improcedência por insuficiência de provas, a coisa julgada impede que qualquer legitimado intente outra ação com idêntico fundamento.
-
29. Em uma situação hipotética, diversas cidades litorâneas do Estado da Paraíba – abrangidas por diferentes Comarcas – sofreram contaminação por petróleo bruto que estava sendo transportado por navios que vieram a naufragar próximo à costa brasileira. Diante desta situação, excluída a competência da Justiça Federal, eventual ação coletiva proposta pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba para a proteção de direitos individuais homogêneos referentes à reparação dos danos individuais sofridos por todas as pessoas afetadas, é de competência
- (A) originária e exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) exclusiva do foro do Distrito Federal.
 - (C) do juízo de primeiro grau de qualquer uma das comarcas atingidas.
 - (D) do juízo de primeiro grau da comarca de João Pessoa – PB.
 - (E) originária do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
-
30. O *habeas data* coletivo
- (A) tem expressa previsão tanto na constituição como na legislação infraconstitucional que trata sobre o instrumento, para o fim de obtenção de informações de caráter pessoal, somente.
 - (B) não tem previsão constitucional, mas está expressamente contemplado pela legislação infraconstitucional que trata sobre o instrumento, para o fim de obtenção de informações de caráter pessoal ou público.
 - (C) não tem previsão constitucional, mas está expressamente contemplado pela legislação infraconstitucional que trata sobre o instrumento, para o fim de obtenção de informações de caráter pessoal, somente.
 - (D) não tem previsão constitucional e nem na legislação infraconstitucional que trata sobre o instrumento.
 - (E) tem expressa previsão tanto na constituição como na legislação infraconstitucional que trata sobre o instrumento, para o fim de obtenção de informações de caráter pessoal ou público.



31. Diante do descumprimento de direitos assegurados pela Constituição e pela legislação infraconstitucional a pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, em situação de ilegal coação ao direito de ir e vir que caracteriza estado de coisas inconstitucional, a Defensoria Pública paraibana tem legitimidade para a tutela coletiva dos direitos da população encarcerada:
- (A) tanto para a proposição de ação civil pública, como também pela impetração de *habeas corpus* coletivo – instrumento que não tem previsão expressa na lei, mas é reconhecido pela jurisprudência dos Tribunais Superiores.
 - (B) tanto para a proposição de ação civil pública, como também pela impetração de *habeas corpus* coletivo – instrumento que tem previsão expressa na lei, mas que não apresenta a defensoria pública do rol de legitimados, de modo que é necessária a interpretação a partir do microsistema de tutela coletiva.
 - (C) somente por meio de *habeas corpus*, individual ou coletivo – sendo que este último instrumento não tem previsão expressa na lei, mas é reconhecido pela jurisprudência dos Tribunais Superiores.
 - (D) somente por meio de ação civil pública, mas não pela impetração de *habeas corpus* coletivo, uma vez que este instrumento não tem expressa previsão na lei, tampouco é admitido pela jurisprudência dos Tribunais Superiores.
 - (E) tanto para a proposição de ação civil pública, como também pela impetração de *habeas corpus* coletivo – instrumento que tem previsão expressa na lei, que prevê expressamente a legitimidade ativa da defensoria pública.

Princípios Institucionais da Defensoria Pública

32. A Emenda Constitucional nº 45/2004, que ficou conhecida como Reforma do Judiciário, promoveu diversas alterações constitucionais que tiveram por objetivo o aperfeiçoamento do sistema de justiça, inclusive da Defensoria Pública, dentre as quais se destaca a
- (A) previsão constitucional dos princípios institucionais da Defensoria Pública.
 - (B) criação do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional da Defensoria Pública.
 - (C) entrega em duodécimos, até o dia 20 de cada mês, dos recursos correspondentes à dotação orçamentária da Defensoria Pública.
 - (D) iniciativa legislativa por parte da Defensoria Pública.
 - (E) inclusão da Defensoria Pública em seção exclusiva do texto constitucional.

33. É dever do membro da Defensoria Pública do Estado da Paraíba

- (A) solicitar à Corregedoria-Geral autorização para o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- (B) residir, se titular, no Município onde exerce suas funções, salvo autorização expressa do respectivo Coordenador Regional.
- (C) encaminhar relatório de suas atividades, na forma e periodicidade estabelecidas pela Ouvidoria-Geral.
- (D) observar fielmente o plano anual de atuação e o código de ética.
- (E) recusar fé a documentos públicos legitimamente expedidos.

34. Um membro da Defensoria Pública do Estado da Paraíba solicita à Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social a substituição do veículo que transporta os presos para as audiências de custódia, informando que o veículo atual não oferece condições adequadas de segurança, ventilação e luminosidade. Considerando as funções previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº 80 de 1994, essa atuação institucional, feita sem a intervenção judicial, encontra

- (A) óbice diante da impossibilidade do exercício da função institucional contra pessoa jurídica de direito público.
- (B) respaldo na função de promoção da mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados.
- (C) óbice diante do rol exaustivo das funções institucionais.
- (D) respaldo na prerrogativa legal de requisição.
- (E) respaldo na prerrogativa legal de autoexecutoriedade das determinações emitidas pela Defensoria Pública.

35. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio da Resolução nº 043/2017, instituiu o Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania, que, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 104/2012, com as alterações promovidas pela Lei Complementar Estadual nº 169/2021, consiste em órgão

- (A) de administração superior, assim como as Coordenadorias de áreas finalísticas.
- (B) de execução, assim como as Defensoras e os Defensores Públicos.
- (C) auxiliar, assim como a Ouvidoria-Geral.
- (D) de administração superior, assim como a Corregedoria-Geral.
- (E) de atuação, assim como os Núcleos Regionais.

36. Em dezembro de 2018, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o *recurso interposto pela Defensoria Pública, na qualidade de curadora especial, está dispensado do pagamento de preparo. (EAREsp 978.895-SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 18/12/2018, DJe 04/02/2019)*. Ao proferir essa decisão, o STJ encampou o posicionamento doutrinário no sentido de que o direito à assistência jurídica gratuita e o direito à gratuidade judiciária são benefícios

- (A) dos assistidos da Defensoria Pública, cabendo à Instituição arcar com o pagamento das custas processuais.
- (B) incabíveis quando envolvem a curadoria especial.
- (C) idênticos e interdependentes.
- (D) passíveis de serem indeferidos quando envolvem a atuação da Defensoria Pública como curadora especial.
- (E) distintos, mas interdependentes na hipótese de atuação da Defensoria Pública como curadora especial.

**BLOCO II****Direito Penal**

37. O crime de estupro de vulnerável, conforme o Superior Tribunal de Justiça,
- (A) impede a responsabilização do agente na qualidade de partícipe.
 - (B) prescinde de contato físico direto do réu com a vítima.
 - (C) não é considerado hediondo diante da legalidade estrita para tal configuração.
 - (D) pode ser considerado atípico diante de eventual consentimento da vítima.
 - (E) exige a fixação de regime inicial fechado em razão do *quantum* de pena previsto.
-
38. O perdão judicial é aplicável ao delito de
- (A) guarda doméstica de espécie silvestre, exceto se considerada ameaçada de extinção, conforme previsto na Lei nº 9.605/1998 (Lei dos crimes ambientais).
 - (B) lesão corporal de natureza leve, praticado na modalidade dolosa ou culposa, conforme previsto expressamente no Código Penal.
 - (C) homicídio culposo, exceto se o crime tiver sido praticado na direção de veículo automotor, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) estelionato, praticado na modalidade culposa, conforme previsto expressamente no Código Penal.
 - (E) receptação, praticado na modalidade dolosa ou culposa, conforme previsto expressamente no Código Penal.
-
39. Na sentença, o juiz elevou a pena-base do réu em razão de possuir condenação definitiva por fato anterior ao crime descrito na denúncia, mas com trânsito em julgado posterior à data do ilícito penal. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a conclusão do juízo sobre essa condenação é
- (A) possível, desde que seja utilizada para caracterizar maus antecedentes.
 - (B) inadmissível por configurar direito penal do autor.
 - (C) inadmissível por violar o princípio da legalidade, já que na data do fato não havia trânsito em julgado.
 - (D) inadmissível, pois configura reincidência, sob pena de *bis in idem*.
 - (E) possível, desde que seja utilizada para desabonar a personalidade do réu.
-
40. O réu foi condenado pela prática do delito de tráfico de drogas. Na dosimetria da pena, o juiz aplicou uma causa de aumento de pena inscrita no artigo 40, inciso III, da Lei nº 11.343/2006 e reconheceu a aplicação do redutor inscrito no artigo 33, § 4º da Lei nº 11.343/2006 no patamar máximo. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, no cálculo da pena deverá haver a
- (A) incidência da causa de aumento de pena e, apenas posteriormente, a aplicação da causa de redução de pena.
 - (B) compensação da causa de aumento com a causa de redução no caso de ser idêntico o montante aplicado para majorar e minorar a pena.
 - (C) incidência da causa de diminuição de pena e, apenas posteriormente, a aplicação da causa de aumento de pena.
 - (D) compensação da causa de aumento com a causa de redução, pois nesse caso o redutor prevalece inteiramente sobre a majorante.
 - (E) compensação da causa de aumento com a causa de diminuição de pena caso resulte em tratamento mais favorável ao réu.
-
41. A Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, prevê
- (A) que os efeitos da condenação previstos na lei especial se aplicam automaticamente em caso de reincidência por crime análogo.
 - (B) a imposição de pena restritiva de direitos consistente na suspensão do exercício do cargo, função ou mandato pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
 - (C) rol taxativo indicando os agentes públicos que podem ser sujeitos ativos dos delitos previstos na legislação especial.
 - (D) que a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência, configura efeito automático da condenação.
 - (E) a exigência em todas as condutas de dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.



42. A respeito da dosimetria da pena:
- (A) a confissão somente será considerada quando for qualificada, ou seja, quando abranger todas as circunstâncias do crime.
 - (B) em se tratando de concurso formal impróprio, as penas são aplicadas de acordo com a regra do concurso material.
 - (C) na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado, para o aumento em patamar superior ao mínimo, basta a indicação do número de majorantes.
 - (D) em se tratando do delito de tráfico de drogas, a confissão será reconhecida ainda que o réu alegue que a droga era para uso próprio.
 - (E) mesmo que os registros da folha de antecedentes do réu sejam muito antigos, nunca se admite o afastamento de sua análise desfavorável na primeira fase da dosimetria.
-
43. É considerado um crime hediondo:
- (A) Associação ao tráfico de drogas.
 - (B) Epidemia com resultado lesão grave ou morte.
 - (C) Furto qualificado pelo emprego de explosivo.
 - (D) Infanticídio.
 - (E) Porte de artefato explosivo.
-
44. O Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela criminalização da homofobia e da transfobia, considerou que
- (A) a tipificação dos delitos contra a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero prescinde de nova lei, diante da aplicabilidade da Lei nº 7.716/1989 (Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) aos casos análogos.
 - (B) o texto constitucional carece de mandado de criminalização contra a discriminação homofóbica e transfóbica, razão pela qual se deu uma interpretação extensiva à Lei nº 7.716/1989 (Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) para abarcar os crimes resultantes de homofobia e da transfobia.
 - (C) a extensão da tipificação da Lei nº 7.716/1989 (Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) aplica-se com efeitos retroativos à discriminação homofóbica e transfóbica até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito.
 - (D) se deduz da leitura do texto constitucional um mandado constitucional de criminalização relativo à discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, à luz dos tratados internacionais de que o Estado brasileiro é parte.
 - (E) o dever de legislar sobre o tema decorre de compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro no combate à discriminação homofóbica e transfóbica, apesar da ausência de mora inconstitucional do Congresso Nacional.
-
45. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, antecedentes infracionais
- (A) geram reincidência caso a última medida socioeducativa imposta tenha sido extinta após o/a adolescente completar 18 (dezoito) anos de idade.
 - (B) configuram maus antecedentes para fins de aumento da pena-base caso haja gravidade concreta e razoável proximidade temporal com o crime em apuração.
 - (C) são suficientes para afastar a figura do tráfico privilegiado caso haja fundamentação idônea que aponte a existência de circunstâncias excepcionais.
 - (D) são insuficientes para exasperar a pena em qualquer fase de dosimetria, pois as medidas aplicadas diante de atos infracionais são socioeducativas e visam à proteção integral.
 - (E) caracterizam personalidade voltada para a prática de crimes ou má conduta social para fins de aumento da pena-base caso haja fundamentação concreta.
-
46. A respeito do Estatuto do Desarmamento e de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
- (A) o crime de comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição é delito de tipo misto alternativo e de perigo concreto.
 - (B) o porte de arma de fogo permitido com numeração suprimida ou adulterada, por ser equiparado, é também considerado hediondo.
 - (C) o porte de arma de fogo de uso proibido, ainda que com laudo de inaptidão da arma, é delito hediondo.
 - (D) a apreensão de munição, ainda que desacompanhada de arma de fogo e da situação de caso concreto, não permite o reconhecimento da atipicidade.
 - (E) não se aplica o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados em momentos diversos e em contextos distintos.
-
47. Sobre o feminicídio, é correto afirmar:
- (A) É causa de aumento de pena se for praticado contra pessoa portadora de doença degenerativa que acarrete condições limitantes.
 - (B) É qualificadora de natureza objetiva.
 - (C) Está configurado, no caso de duas irmãs, que moram juntas, e uma mata a outra por questões de herança.
 - (D) O sujeito ativo não poderá ser mulher, mesmo que se trate de crime cometido por razões da condição do sexo feminino.
 - (E) O sujeito passivo poderá ser vítima homem, se homossexual e desde que se trate de relacionamento íntimo com o sujeito ativo no âmbito doméstico.



48. É possível a extinção da punibilidade pela retratação do agente no crime de
- (A) falso testemunho, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.
 - (B) desacato, se feita de forma espontânea até o trânsito em julgado.
 - (C) injúria, desde que feita cabalmente e pelo mesmo meio de sua prática.
 - (D) incitação ao crime, até o oferecimento da denúncia.
 - (E) lesão corporal submetido à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), desde que feita em juízo até o recebimento da denúncia.
-
49. O regime inicial de cumprimento de pena
- (A) deve ser o fechado em casos de crimes hediondos ou equiparados, sendo vedado o regime integralmente fechado.
 - (B) deve ser o fechado nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, salvo previsão expressa em lei.
 - (C) é determinado após a primeira fase de aplicação da pena, já que as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal constituem os elementos centrais de sua aplicação.
 - (D) pode ser o semiaberto em condenação superior a oito anos, a depender do tempo de prisão preventiva do réu.
 - (E) não pode ser diverso do aberto em crimes punidos com detenção ou em contravenções penais.
-
50. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas dispensa o dolo de se associar com estabilidade e permanência.
 - (B) é incabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos no caso de tráfico de drogas, ainda que presentes os requisitos do Código Penal.
 - (C) a posse de drogas para uso pessoal (art. 28, Lei nº 11.343/2006) perdeu seu caráter criminoso diante da incompatibilidade com o princípio da lesividade, já que o uso de drogas não afeta bem jurídico de terceiros.
 - (D) o princípio da insignificância se aplica ao tráfico de drogas, pois trata-se de crime de perigo concreto e, portanto, deve ser verificada concretamente a violação do bem jurídico tutelado pela normal penal.
 - (E) a posse de instrumentos destinados ao plantio de *cannabis sativa* para consumo pessoal não configura o crime previsto no art. 34 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que demanda instrumentos com a finalidade específica de tráfico de drogas.
-
51. A prescrição NÃO corre
- (A) durante o cumprimento do acordo de transação penal.
 - (B) enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.
 - (C) com a decisão confirmatória da pronúncia até o julgamento em plenário do Tribunal do Júri.
 - (D) entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória.
 - (E) enquanto o agente é processado penalmente no exterior.

Direito Processual Penal

52. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o *hearsay testimony* (testemunho indireto) é prova
- (A) válida, mas não possui, por si, a segurança necessária a comprovar a ocorrência de nenhum elemento do crime.
 - (B) considerada ilícita apenas se prestado por aqueles que não se comprometem a dizer a verdade.
 - (C) ilícita, portanto inadmissível, devendo ser desentranhada dos autos.
 - (D) lícita e, com fundamento na equidade, tem valor equivalente aos testemunhos presenciais ou diretos.
 - (E) proveniente da *common law*, sem aplicabilidade no processo penal brasileiro.
-
53. O ônus da prova no processo penal
- (A) cabe ao Ministério Público até a sentença condenatória proferida, sendo invertido em fase recursal.
 - (B) recai sobre o Ministério Público durante toda a persecução penal, tendo a defesa apenas interesse em provar suas alegações.
 - (C) passou a ser repartido entre acusação e defesa nos limites de suas alegações, a partir da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil em 2015.
 - (D) recai sobre a defesa apenas quando esta alegar excludentes de ilicitude do fato apontado como criminoso.
 - (E) cabe ao Ministério Público até o recebimento da denúncia, sendo repartido após este momento processual.
-
54. A vítima, segundo disposição expressa do Código de Processo Penal,
- (A) nos casos de ajuizamento de exclusiva ação privada, poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo quando conhecido o lugar da infração.
 - (B) nos crimes de ação privada, deverá ser intimada a manifestar seu desejo de proceder a inquérito policial, no prazo único de 120 (cento e vinte) dias após os fatos.
 - (C) por ser considerada testemunha principal dos fatos, comete crime de falso testemunho, se falsear a verdade fática.
 - (D) por meio de seu advogado habilitado como assistente de acusação, não poderá interpor apelação quando o Ministério Público assim não o fizer.
 - (E) deverá ser comunicada dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem.



55. Guilherme foi denunciado pela suposta prática do delito de roubo tentado (art. 157, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do CP) na Comarca de João Pessoa. Decorrido o início do processo penal sem percalços, foi designada audiência de instrução e julgamento, sendo as partes devidamente intimadas. Após a oitiva da vítima e dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, Guilherme foi interrogado. Ato contínuo, o Ministério Público do Estado da Paraíba, por entender haver dúvida razoável acerca da sanidade mental do acusado, requereu a instauração do respectivo incidente. A defesa, instada a se manifestar, disse ser contra a medida, por entender estrategicamente ser prejudicial ao acusado. O juiz, então, deferiu o requerimento ministerial, nomeando curador e ordenando a data para o exame. Ao assim proceder, o juiz agiu
- (A) erroneamente, pois a instauração do incidente de insanidade exige prova documental ou pericial, portanto, além do *standard* probatório da dúvida razoável.
 - (B) erroneamente, pois o incidente de insanidade é prova pericial constituída em favor da defesa, não sendo possível determiná-la compulsoriamente quando a defesa se opõe.
 - (C) acertadamente, tendo em vista o momento processual oportuno e por ser a questão da sanidade benéfica à defesa, podendo resultar em sentença absolutória imprópria.
 - (D) acertadamente, tendo em vista o momento processual oportuno e por ser a questão da sanidade crucial a alcançar a verdade histórica dos fatos, ainda que em prejuízo do réu.
 - (E) erroneamente, tendo em vista a preclusão consumativa do pleito Ministerial, que tem o início da audiência de instrução e julgamento como prazo fatal para a solicitação.
-
56. Maria, com 23 anos à época do acontecimento, foi denunciada pelo delito de receptação dolosa (art. 180, *caput*, CP) de um celular, por fatos datados de 05/06/1999. O recebimento da denúncia se deu em 22/06/2005. Ato contínuo, após a instrução realizada, o magistrado de primeira instância condenou a ré à pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mas por fatos tipificados como furto mediante fraude (art. 155, § 4º, II, CP). Irresignada, a defesa apelou, sendo que, em 21/10/2010, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba anulou a sentença proferida, diante da ausência de aditamento da denúncia originalmente oferecida. Assim, realizado agora o aditamento, desta feita imputando a Maria o crime de furto mediante fraude, foi a peça acusatória recebida em 12/05/2011. Todavia, desta feita, o julgador de primeira instância absolveu a ré dos fatos, diante da ausência de provas conclusivas. O Ministério Público do Estado da Paraíba apelou ao Tribunal de Justiça, que deu provimento ao reclamo, condenando a ré à pena de 02 anos e 06 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, publicado o acórdão em 02/08/2013, com trânsito em julgado para acusação e defesa em 02/09/2013. Maria, anteriormente representada por advogado particular, procura desesperada a Defensoria Pública. No caso dos autos, a defesa deve, perante o Superior Tribunal de Justiça,
- (A) interpor recurso especial, haja vista que o instituto da coisa julgada não é aplicável ao réu no Processo Penal, gerando como efeito automático a não sanção processual pelo descumprimento de prazos.
 - (B) interpor revisão criminal, no prazo de seis meses a contar do trânsito em julgado, buscando restaurar a absolvição imposta em primeira instância.
 - (C) impetrar *habeas corpus* requerendo o reconhecimento da prescrição retroativa da pretensão punitiva entre a data do recebimento da denúncia pelo delito de receptação e a publicação do acórdão condenatório.
 - (D) impetrar *habeas corpus*, buscando a nulidade do acórdão condenatório proferido pelo Tribunal de Justiça, diante de *reformatio in pejus* em relação ao primeiro acórdão que anulou a sentença de primeira instância.
 - (E) impetrar *habeas corpus* requerendo o reconhecimento da prescrição retroativa da pretensão punitiva entre a data dos fatos e o recebimento do aditamento da denúncia.
-
57. Em relação à citação no Processo Penal:
- (A) O processo penal seguirá sem a presença do acusado que, citado por edital, deixar de comparecer em qualquer ato sem motivo justificado.
 - (B) O Código de Processo Penal nada dispõe acerca da citação por hora certa, modalidade ínsita ao Processo Civil.
 - (C) As citações de pessoas que se encontrem em consulados e embaixadas estrangeiras no Brasil serão feitas por carta rogatória.
 - (D) Se o réu estiver preso, será citado preferencialmente via Whatsapp ou *e-mail* do estabelecimento prisional.
 - (E) O processo penal será suspenso se o acusado, citado pessoalmente, deixar de comparecer para qualquer ato sem motivo justificado.
-
58. Márcio e Mauro foram denunciados por supostamente terem praticado o crime de receptação (art. 180, *caput*, Código Penal). A Márcio, primário, foi oferecida – e aceita – a suspensão condicional do processo, por dois anos, desmembrando-se o processo. Em relação a Mauro, reincidente, o processo teve seu regular trâmite inicial, sendo concretizada sua citação pessoal e aberta vista ao seu advogado particular para resposta à acusação. Na peça processual, o advogado arrolou como testemunha de defesa, dentre outras pessoas, Márcio. Em relação à situação narrada e de acordo com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, Márcio
- (A) não poderá ser ouvido como testemunha nem informante, por não ter o dever de falar a verdade, poder ficar em silêncio e até mentir.
 - (B) só poderá servir de testemunha se firmar o respectivo compromisso em dizer a verdade e renunciar ao seu direito à não autoincriminação, mas apenas ao fim do período da suspensão condicional do processo.
 - (C) só poderá servir de testemunha se firmar o respectivo compromisso em dizer a verdade e renunciar ao seu direito à não autoincriminação, ainda que no bojo do período de suspensão do processo.
 - (D) perderá seu direito à suspensão condicional do processo, caso aceite servir como testemunha de defesa.
 - (E) só poderá servir de testemunha se, ao término do período da suspensão condicional do processo, firmar o respectivo compromisso em dizer a verdade, sem a necessidade de renunciar ao seu direito à não autoincriminação.



59. Leandro, menor de 21 anos e com passagens na vara da infância e juventude, foi preso pela primeira vez após maioridade. Para conseguir dinheiro para alimentar sua filha recém-nascida, estava vendendo maconha na comunidade, sozinho, fazia 5 dias. Preso em flagrante, ficou em silêncio em seu interrogatório policial. Sua família procura a Defensoria Pública para orientação. Com base nos entendimentos jurisprudenciais,
- (A) o fato de ter passagens pela vara da infância e juventude impede que lhe seja oferecido acordo de não persecução penal.
 - (B) é cabível o oferecimento do acordo de não persecução penal por se tratar de crime de tráfico privilegiado, oportunizando momento e local correto para Leandro confessar os fatos.
 - (C) a venda de drogas por mais de 4 dias configura habitualidade, o que impede o oferecimento de acordo de não persecução penal.
 - (D) não terá direito ao acordo de não persecução penal porque não consta confissão formal e circunstanciada dos fatos, devendo esta ser prévia à análise do Promotor de Justiça.
 - (E) não terá direito ao acordo de não persecução penal por se tratar de crime hediondo com pena mínima superior a 4 anos.
-
60. Luiz foi preso em flagrante por crime de furto e, ao final da instrução processual, na entrevista reservada, conhece pelo Defensor Público seus direitos durante o interrogatório judicial, que são:
- (A) o silêncio poderá ser utilizado como prova da prática do crime de furto ao sentenciar Luiz, ante máxima de que *o inocente brada desde logo sua inocência*.
 - (B) se optar por confessar, não lhe será perguntado sobre os detalhes do furto.
 - (C) o réu pode escolher responder somente às perguntas do Juiz e do Defensor Público, negando-se a responder qualquer pergunta do Promotor de Justiça.
 - (D) o direito ao silêncio é constitucional e indivisível, de modo que ele não poderá escolher quais perguntas responderá.
 - (E) na primeira fase do interrogatório, é defeso ao juiz perguntar sobre questões envolvendo oportunidades sociais.
-
61. Acerca da prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão domiciliar e medidas cautelares diversas da prisão:
- (A) O juiz poderá, ainda que de ofício, revogar a prisão preventiva anteriormente decretada se verificar a falta de motivo para que ela subsista.
 - (B) O furto qualificado pelo emprego de chave falsa é crime suscetível de fiança, assim como é o furto com emprego de explosivo que cause perigo comum.
 - (C) Em obediência ao sistema acusatório e a partir da entrada em vigor do denominado "Pacote Anticrime", restou vedada, durante o inquérito policial, a imposição de prisão preventiva a requerimento do Ministério Público.
 - (D) Denomina-se flagrante presumido quando o agente é perseguido logo após cometer a infração penal, em situação que se faça presumir ser ele o autor do ilícito.
 - (E) A prisão domiciliar, modalidade de medida cautelar diversa da prisão, é destinada às mulheres gestantes e com filhos até 12 anos de idade incompletos.
-
62. Sobre os conceitos referentes à cadeia de custódia da prova previstos no Código de Processo Penal:
- (A) O armazenamento é procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.
 - (B) A fixação é ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
 - (C) O isolamento é o ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.
 - (D) O processamento é o exame pericial em si, ocorrendo a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.
 - (E) O descarte é o ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.
-
63. De acordo com o Código de Processo Penal, a revisão criminal
- (A) poderá ser solicitada pelo réu ou por terceiro juridicamente interessado no processo.
 - (B) será extinta no caso de falecimento da pessoa cuja condenação tiver de ser revista.
 - (C) admite pedido de mudança de fundamentação nos casos de sentença absolutória imprópria.
 - (D) poderá agravar a pena imposta pela decisão revista a requerimento do Ministério Público.
 - (E) admite pedido de reconhecimento do direito à indenização pelos prejuízos sofridos.

**Execução Penal**

64. Sobre a disciplina na execução penal:
- (A) A sanção de isolamento é ato exclusivo do juiz em decisão fundamentada, após oitiva das partes.
 - (B) Na execução das penas restritivas de direitos é ausente o poder disciplinar, já que fundada no senso de responsabilidade do condenado.
 - (C) O descumprimento das condições impostas no regime aberto constitui falta grave, desde que injustificadas.
 - (D) É vedado o emprego de cela escura e de cela coletiva como sanção disciplinar.
 - (E) A concessão de elogio compensa a aplicação de eventual sanção futura pela prática de falta disciplinar.
-
65. De acordo com as Regras de Mandela, o sistema de registro de presos deve conter:
- (A) os nomes de seus familiares e, quando aplicável, de seus filhos, incluindo a idade, o local de residência e o estado de sua custódia ou tutela.
 - (B) inventários de seus bens pessoais e lista das pessoas autorizadas a geri-los enquanto estiver preso.
 - (C) contato de emergência e informações acerca do parente mais próximo, além de contato da vítima para que seja informada de suas saídas.
 - (D) a organização criminosa a qual faz parte e projeções futuras de criminalidade.
 - (E) as sanções disciplinares recebidas e restrições alimentícias para individualização da oferta de refeições.
-
66. Durante a execução da pena, o trabalho
- (A) exercido como prestação de serviço à comunidade deve ser remunerado, pois é vedada a pena de trabalhos forçados pela Constituição da República.
 - (B) poderá ser oferecido pelo governo municipal por meio de convênio com a iniciativa privada para implantação de oficinas de trabalho em setores de apoio dos presídios.
 - (C) é diário e sem folgas, pois não se aplica ao preso a Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (D) em artesanato deve ser incentivado em todo o país, dadas as vulnerabilidades da população prisional, propícias a esse tipo de atividade laboral.
 - (E) terá jornada diária de até seis horas para ser compatível com as demais atividades reeducativas oferecidas na unidade prisional.
-
67. Pode ser suspenso ou restringido por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional o direito de
- (A) assistência material.
 - (B) petição em defesa de direito a determinadas autoridades.
 - (C) chamamento nominal.
 - (D) visita do cônjuge, parentes e amigos em dias determinados.
 - (E) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
-
68. A progressão de regime de cumprimento de pena
- (A) para mulher responsável por pessoa com deficiência independe do bom comportamento prisional, desde que não integre organização criminosa.
 - (B) em caso de reincidente tem o lapso temporal acrescido de um terço.
 - (C) tem o requisito temporal reduzido pela metade em caso de pessoa maior de 70 anos na data do início da execução da pena.
 - (D) para homem que seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos incompletos deve ser feita por salto para possibilitar a pronta convivência familiar.
 - (E) para gestante, após um oitavo de cumprimento de pena, depende da primariedade e do tipo de crime.

Criminologia

69. A criminalização
- (A) primária é exercida por agências políticas que nunca sabem a quem caberá de fato, individual e concretamente, a seleção que habilitam.
 - (B) secundária é quase um pretexto para que agências judiciais exerçam um formidável controle configurador positivo da vida social.
 - (C) secundária é exercida por agências com ampla capacidade operacional e sua contenção desemboca em uma utopia negativa.
 - (D) primária é um programa que a lógica neoliberal pretende efetivar em toda a sua extensão.
 - (E) primária aumenta o poder das agências judiciais do sistema jurídico-penal, inclusive seu poder punitivo subterrâneo.



70. *Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. (...) Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.*

(GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3.ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 11)

As considerações de Goffman sobre o "estigma" se relacionam diretamente com

- (A) o interacionismo simbólico.
- (B) a sociedade disciplinar.
- (C) a associação diferencial.
- (D) a anomia social.
- (E) o direito penal do inimigo.

71. *Pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, revela que a pandemia do novo coronavírus tornou a prisão ainda mais árdua para as mulheres. Únicos aspectos humanizados da pena, a suspensão da visita dos filhos e da entrega de presentes pelas avós maternas aos domingos, devido às medidas de biossegurança, endureceu o encarceramento das mulheres nesta quarentena.*

(Disponível em: <http://plone.ufpb.br>)

As violações de direitos de mulheres encarceradas envolvem

- (A) violências de gênero específicas da punição, ao mesmo tempo que a prisão evidencia pautas relevantes que beneficiam a mitigação dessa violência no mundo livre.
- (B) o princípio da igualdade formal com os homens encarcerados, aliado ao funcionamento das prisões masculinas como norma de punição.
- (C) disciplinamento corporal, que inexistente para homens presos e para mulheres no mundo livre, aprofundando as desigualdades quanto ao encarceramento feminino.
- (D) imagens persistentes de hipersexualidade das mulheres encarceradas sem distinção, utilizadas para embasar violações sexuais dentro e fora do cárcere.
- (E) o princípio da igualdade formal aplicado a elas, pois nessa condição todas são destituídas dos mesmos direitos em proporções igualmente perversas.

72. *O complexo industrial-prisional, portanto, é muito mais do que a soma de todas as cadeias e prisões do país. É um conjunto de relações simbióticas entre comunidades correcionais, corporações transnacionais, conglomerados de mídia, sindicatos de guardas e projetos legislativos e judiciais. Se é verdade que o significado contemporâneo da punição é formado por meio dessas relações, então as estratégias abolicionistas mais eficazes precisam contestar essas relações e propor alternativas que as desmontem.*

(DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 100)

No contexto de um complexo industrial-prisional, o processo de punição

- (A) objetiva a contenção dos crimes patrimoniais.
- (B) concentra-se na conduta criminal individual.
- (C) está associado ao aumento das taxas de criminalidade.
- (D) constitui uma área marginal da grande economia.
- (E) considera estruturas econômicas e políticas.

73. Com relação ao positivismo criminológico,

- (A) a sua vertente moderna brasileira ampliou a crítica ao fenômeno criminal como tendo um caráter exclusivamente biológico.
- (B) suas caracterizações científicas são relevantes para compreender a pessoa presa enquanto sujeito de direitos na execução penal.
- (C) foi responsável pela mudança de foco das pessoas criminosas para o estudo mais aprofundado dos delitos por elas praticados.
- (D) também conhecido como teoria ecológica, prioriza a ação preventiva sobre os "delinquentes", mitigando a atuação repressiva.
- (E) o pensamento lombrosiano identifica uma predisposição inata para a prática de crimes, mas sem negar os fatores exógenos.

**BLOCO III****Direito Constitucional**

74. Dentro das teorias sobre as origens do Estado, a ideologia gaulesa ou gálica estabelecia que
- (A) o soberano prestava contas somente a Deus e o povo reconhecia esse poder.
 - (B) o poder absoluto era de origem divina.
 - (C) os grupos se organizavam de forma ruda e nômade.
 - (D) a família era o centro da formação do Estado.
 - (E) o rei possuía certos direitos contra o papa.
-
75. As limitações constitucionais ao poder de tributar, segundo a Constituição Federal, são reguladas por
- (A) lei federal.
 - (B) portaria do ente federado competente.
 - (C) decreto.
 - (D) lei complementar.
 - (E) cláusula pétrea.
-
76. Segundo expressamente prevê a Constituição do Estado da Paraíba, é VEDADO ao Defensor Público
- (A) assumir a Defensoria-Geral do Estado ou suas Assessorias se ainda não contar com, no mínimo, cinco anos de exercício no cargo.
 - (B) assinar confissão de dívida, renúncia a direito ou definir solução extrajudicial, salvo expressa procuração da parte que representa.
 - (C) participar de eventos públicos que contrariem sua missão institucional.
 - (D) afastar-se do exercício de suas funções durante o período de estágio probatório.
 - (E) conceder entrevista que exponha o caso em que atua, salvo autorização da parte que representa.
-
77. Tomando como base a teoria da separação dos poderes, na antiguidade clássica, a indispensabilidade de estabelecerem-se poderes com estrutura, atribuições e funções diferentes foi chamada por Aristóteles de
- (A) modelo polibiano.
 - (B) modelo social-igualitário.
 - (C) constituição mista.
 - (D) constituição heterogênea.
 - (E) acesso de estrato social.
-
78. As Comissões Parlamentares, no âmbito federal, apresentam duas formas de apreciação das matérias submetidas à sua análise, sendo uma destas a
- (A) conclusiva, aquela que os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário.
 - (B) impugnativa, aquela que aponta incorreções e/ou ilegalidades no texto do projeto ou em parte dele, retornando, após, à decisão do Plenário.
 - (C) consultiva, aquela que o relatório traz instrução ampla sobre o tema, com livre apreciação e votação em Plenário.
 - (D) deliberativa, quando os projetos têm ponto específico definido pela Comissão, a fim de retornar com esclarecimento ao Plenário.
 - (E) decidida em Plenário, estando finalizado ou não o relatório da Comissão respectiva para sustentar decisão dos parlamentares.
-
79. Segundo texto expresso da Constituição Federal, uma diretriz das ações e serviços públicos que integram a saúde em sistema único é
- (A) a paridade com serviços privados.
 - (B) a participação da comunidade.
 - (C) a universalidade dos serviços no campo da saúde básica.
 - (D) a predominância do serviço municipal, com auxílio dos demais entes.
 - (E) o atendimento integral, com prioridade ao enfrentamento da mortalidade infantil.



80. A mutação constitucional pressupõe que
- (A) há nova constituição vigente.
 - (B) há nova interpretação sem alteração do texto.
 - (C) o que antes era legal, passou a ser ilegal.
 - (D) houve alteração formal da Constituição, por qualquer meio de revisão.
 - (E) deverá haver emenda constitucional ao texto.

Direito Administrativo

81. Considera-se princípio inerente ao regime jurídico dos serviços públicos a
- (A) aplicabilidade da exceção do contrato, que dispensa o usuário do pagamento, caso haja ineficiência do serviço.
 - (B) mutabilidade do regime jurídico, que está autorizada para que sempre se possa adaptá-lo ao interesse público.
 - (C) participação na manutenção da qualidade, que indica a contribuição do usuário acerca da prestação do serviço público.
 - (D) continuidade do serviço público, que assegura a prestação do serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.
 - (E) igualdade dentre os usuários, que reconhece privilégios à Administração, mas não diferencia a prestação compulsória ao usuário que o contratou.
-
82. Tratando-se do uso do bem público por particular, no caso de ruas fechadas ao acesso veicular, para montagem de barracas e passagem de desfiles em determinada data festiva, tem-se a modalidade de
- (A) uso comum anormal do bem.
 - (B) concessão de uso privativo do bem.
 - (C) concessão dominical do bem.
 - (D) uso privativo normal do bem.
 - (E) uso comum normal do bem.

-
83. É admitida a convalidação do ato administrativo
- (A) nos vícios relativos ao objeto.
 - (B) na conversão, com efeito retroativo.
 - (C) nos vícios de incompetência em ato não exclusivo.
 - (D) nos vícios relativos ao motivo.
 - (E) nos vícios relativos à finalidade.

Direito da Criança e do Adolescente

84. Um adolescente cumpriu medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional equiparado a roubo por oito meses, teve sua medida extinta e foi liberado. Três meses depois, já adulto, foi-lhe imputada a prática de novo roubo, oportunidade em que o Ministério Público postulou sua prisão preventiva invocando, entre outros motivos, a existência do antecedente infracional. Esse fundamento do pedido ministerial contraria
- (A) o disposto nas Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), que prevê que os registros dos jovens infratores não serão utilizados em processos de adultos em casos subsequentes que envolvam o mesmo infrator.
 - (B) a disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que veda, para qualquer finalidade, exceto em caso de novo ato infracional, a expedição de cópia ou certidão de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
 - (C) a regra prevista na Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança no sentido de que Estados Partes assegurarão o sigilo pleno e uso restrito de informação quanto a infrações a leis penais atribuídas a uma criança ou pelas quais tenha sido ela declarada culpada.
 - (D) a recomendação das Diretrizes de Riad no sentido de que, com o objetivo de impedir a estigmatização e a incriminação dos jovens, deverá ser promulgada uma legislação pela qual se garanta que os atos praticados antes da maioridade penal não sejam utilizados em seu desfavor na vida adulta.
 - (E) o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, que uniformizou divergência jurisprudencial interna para firmar a tese de que os atos infracionais pretéritos não podem ser considerados para aferir a personalidade e eventual risco que a liberdade plena do suspeito representa para terceiros.



85. Tem previsão expressa em lei federal a integração da Defensoria Pública com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, além de outros órgãos,
- (A) para elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.
 - (B) em ações de fiscalização de entidades que executam programas de internação, semiliberdade e acolhimento institucional, para assegurar às crianças e aos adolescentes o exercício dos direitos e garantias individuais.
 - (C) para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional, visando a sua integração social e inclusão da família em programas de orientação e auxílio.
 - (D) para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento com vista a sua rápida reintegração à família de origem ou, na impossibilidade, em família substituta.
 - (E) em programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes especializadas.
-
86. Em visita à unidade de cumprimento de medida socioeducativa de internação para adolescentes, o Defensor Público observa um adolescente que se encontra isolado do convívio com os demais internos. O isolamento, para que esteja de acordo com o que prevê expressamente a Lei nº 12.594/2012 (Lei do Sinase),
- (A) deve ter sido prevista no regimento interno do programa como estratégia para a gestão de conflitos e manutenção da ordem, independentemente do cometimento de falta grave.
 - (B) deve ser imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente e ter sido imposto como sanção disciplinar ao próprio isolado.
 - (C) deve ter sido aplicado como sanção disciplinar por determinação da autoridade judiciária, ouvido o adolescente, o Defensor e o Ministério Público.
 - (D) poderá ter sido solicitado pelo próprio adolescente, com justificação dos motivos que tornariam necessária a medida, facultada, na hipótese de risco de vida, sua remoção para outro centro.
 - (E) não poderá perdurar por prazo superior a trinta dias, dentro do qual serão oferecidas necessariamente as atividades obrigatórias de escolarização e profissionalização e o atendimento psicossocial.
-
87. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas,
- (A) o tráfico de pessoas é descrito como a operação, organizada em rede, de recrutamento, transporte e alojamento da criança ou do adolescente, mediante coação, sequestro ou engano, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou adoção ilegal.
 - (B) a violência institucional é entendida como aquela praticada por instituição pública, privada ou conveniada, incumbida do cuidado, proteção e defesa de direitos, cujas práticas e rotinas institucionais de seus agentes concorrem, por ação ou omissão, para a vitimização ou revitimização da criança e do adolescente.
 - (C) a exploração sexual comercial é entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico.
 - (D) o ato de alienação parental, espécie de violência doméstica, é descrito como aquele promovido ou induzido por um dos genitores ou por quem tenha a criança sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio do outro genitor ou dos avós, em prejuízo à construção ou à manutenção de vínculo com estes.
 - (E) a violência doméstica contra a criança é definida como qualquer ação ou omissão, baseada na condição etária, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico no âmbito de seu espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
-
88. Segundo o que dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente no procedimento de perda ou suspensão do poder familiar,
- (A) se o requerido, citado pessoalmente, por edital ou hora certa, não oferecer resposta, ser-lhe-á nomeado curador especial, cujo encargo cessará assim que comparecer o requerido perante a Justiça.
 - (B) sendo sabido que o requerido tenha doença mental que afete sua compreensão, a citação será feita na pessoa do curador; se for notada pelo oficial de justiça, ele certificará o fato e devolverá o mandado ao juízo.
 - (C) o requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo o rol de testemunhas, devendo ser esgotados meios razoáveis para citação pessoal.
 - (D) o requerido privado de liberdade deverá ser citado pessoalmente, devendo o oficial de justiça perguntar, no momento da citação pessoal, se deseja que lhe seja nomeado defensor e se deseja ouvir testemunhas em sua defesa.
 - (E) na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização.

**Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade**

89. As ações para proteção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua foram previstas, expressamente,
- (A) na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.
 - (B) no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais.
 - (C) nos Princípios de Yogyakarta.
 - (D) no III Programa Nacional de Direitos Humanos.
 - (E) nas 100 Regras de Brasília, em sua versão original.
-
90. O Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar mandado de segurança e *habeas data* em face
- (A) do Tribunal de Contas da União.
 - (B) de chefe de missão diplomática.
 - (C) de Ministro de Estado.
 - (D) do Procurador-Geral da República.
 - (E) do Presidente do Senado Federal.
-
91. Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em
- (A) direito individual e coletivo.
 - (B) direito e garantia fundamental.
 - (C) fundamento da República.
 - (D) objetivo fundamental.
 - (E) princípio das relações internacionais.
-
92. Em relação ao Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Brasil
- (A) ratificou esse documento internacional, o qual cuida da aceitação de denúncias individuais pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (B) não ratificou esse documento internacional, o qual cuida da aceitação de denúncias individuais pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (C) ratificou esse documento internacional, o qual cuida da instalação do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (D) não ratificou esse documento internacional, o qual cuida da instalação do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (E) não ratificou esse documento internacional, o qual cuida da previsão de proteção de novos direitos econômicos, sociais e culturais.
-
93. O funcionamento do Comitê Contra a Tortura (CAT) foi expressamente estabelecido, pela primeira vez,
- (A) no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
 - (B) no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
 - (C) em resolução do Conselho Econômico-Social da ONU.
 - (D) em resolução do Conselho de Segurança da ONU.
 - (E) na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
-
94. O enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, no âmbito interamericano, consta
- (A) no julgamento do caso Maria da Penha pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
 - (B) na Convenção de Belém do Pará.
 - (C) na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.
 - (D) na opinião consultiva do caso Hernandez vs. Guatemala da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - (E) no Protocolo de San Salvador.



95. É um mecanismo ou órgão criado especificamente para a proteção dos direitos humanos no âmbito da Organização dos Estados Americanos
- (A) a Relatoria para a Liberdade de Expressão.
 - (B) a Agência para a Abolição da Pena de Morte.
 - (C) o Grupo de Trabalho para a Defesa dos Povos Indígenas.
 - (D) o Comitê contra o Desaparecimento Forçado.
 - (E) a Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência.
-
96. O Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados trata
- (A) do recebimento de denúncias individuais pela Organização Internacional dos Refugiados a partir da sua ratificação.
 - (B) da obrigação de o Estado Parte elaborar relatórios anuais sobre o estatuto dos refugiados após 1º de dezembro de 1967.
 - (C) da criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em 14 de dezembro de 1950.
 - (D) da proteção aos refugiados em decorrência de desastres ambientais ou fenômenos naturais após 18 de novembro de 1966.
 - (E) da ampliação da proteção aos refugiados para além do período anterior a 1º de janeiro de 1951.
-
97. Trata-se de uma grave violação de direitos humanos, reconhecida expressamente pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, sob a perspectiva de sua incidência em diferentes segmentos sociais enquanto grupos, aquela sofrida por
- (A) povos indígenas e povos de matriz africana.
 - (B) LGBTs e judeus.
 - (C) membros de igrejas cristãs e negros.
 - (D) camponeses e militares.
 - (E) estudantes universitários e povos ciganos.
-

Sociologia Jurídica, Filosofia Jurídica e História da Paraíba

98. Consoante as lições de Rubens Casara na obra “Estado Pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis”, o Estado
- (A) Democrático de Direito está em pleno vigor com o Judiciário atuando como garantidor dos direitos fundamentais.
 - (B) Democrático de Direito possui o compromisso de realizar os direitos fundamentais e, para tanto, não estabelece limites legais ao exercício do poder.
 - (C) Democrático de Direito está em crise.
 - (D) Pós-democrático é um tipo ideal que ainda não emergiu socialmente.
 - (E) Pós-democrático caracteriza-se pela aproximação e quase identificação entre os poderes político e econômico.
-
99. A história revela que
- (A) a chamada *Revolta de Princesa*, a qual se iniciou no atual Município de Princesa Isabel, prestou apoio à candidatura de João Pessoa à Presidência do Estado da Paraíba no ano de 1928.
 - (B) a Liga Camponesa de Sapé foi fundada na Paraíba durante o Governo de Juscelino Kubitschek, tendo como um dos seus líderes João Pedro Teixeira.
 - (C) a Província da Paraíba aderiu à chamada Confederação do Equador, que ocorreu no período do Segundo Reinado Brasileiro (1840-1889), juntamente com Pernambuco, Maranhão, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte.
 - (D) o Ronco da Abelha, revolta popular observada durante o período da Regência (1831-1840), reuniu grupos armados formados de pessoas livres e escravizadas, que propunham a secessão da Província da Paraíba, por conta dos altos preços dos impostos e dos gêneros alimentícios.
 - (E) durante o período do Brasil Colonial, na vila de Pombal da Província da Paraíba ocorreu a chamada Revolta do Quebra-Quilos, na qual os colonos, descontentes com a corrupção e com o alto valor dos impostos, amotinaram-se para expulsar o capitão-mor Joaquim Antônio Monteiro da Correia.
-
100. A corrente do pensamento jurídico para a qual o direito não está primeiramente nas normas, mas sim na sociedade, é fato social posto por uma autoridade, o juiz, de tal modo que será aquilo que os tribunais decidirem que seja é a corrente do
- (A) Pós-positivismo jurídico.
 - (B) Positivismo jurídico.
 - (C) Realismo jurídico.
 - (D) Culturalismo jurídico.
 - (E) Decisionismo jurídico.
-